



Disputas de Memória: Memórias das Atuações do MR8 (1975-1985)

ELADIR FÁTIMA NASCIMENTO DOS SANTOS *

Trataremos aqui de “disputas de memórias”. Memórias que divergem e que disputam espaço no processo de construção da memória coletiva, da história e da identidade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro – o MR8.

Antes de apresentarmos as considerações e os resultados das análises que realizamos, procuraremos situar nosso objeto de pesquisa, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, e informar algumas características e alguns eventos em que a organização esteve envolvida. Parte desses dados já possuíamos antes de eleger o MR8 como nosso objeto de estudo. Eles estão contidos em uma literatura e nos resultados de pesquisas anteriores sobre a luta da esquerda brasileira da segunda parte do século passado. Outra parte, nós obtivemos a partir das entrevistas que realizamos. Portanto, antes de expormos os aspectos das memórias em disputa, apresentaremos o Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Como surgiu a organização? Quais as suas origens e quais as suas propostas iniciais?

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro tem sua origem em uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no meio universitário do antigo Estado da Guanabara¹ – a DI-GB – que se formou a partir de 1964, separando-se do PCB em novembro de 1966. Em fevereiro de 1967, a DI-GB realizou sua I Conferência, na qual se constituiu como uma organização. Na ocasião, formulou uma linha política e declarou a estratégia da luta armada como a única capaz de reagir à ditadura militar.

No decorrer de todo o ano de 1967, os que já discordavam das decisões da I Conferência relacionadas à prática da luta armada, travaram no interior da DI-GB um processo de luta política interna. Findo este processo, alguns militantes retornaram ao PCB e outros passaram a militar no Comando de Libertação Nacional (COLINA), ambas as organizações contrárias à estratégia da luta armada.

Após a saída dos dissidentes, em dezembro de 1967, a DI-GB realizou a sua II Conferência, na qual reafirmava a estratégia da luta armada e também a necessidade de ampliar a participação da militância no movimento estudantil. Com essa determinação a DI-GB, no decorrer de 1968, se destacou nas mobilizações estudantis.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Estado da Federação brasileira existente entre 1960 e 1975. Correspondente a atual cidade do Rio de Janeiro, seu território foi incorporado ao Estado do Rio de Janeiro tornando-se capital do mesmo.

Vladimir Palmeira, principal líder estudantil da época, pertencia à DI-GB. Também pertenciam à, então, nova organização comunista lideranças como Franklin Martins, Cid Benjamin, Cláudio Torres da Silva, Stuart Angel e Daniel Aarão Reis, nomes bastante conhecidos do movimento antiditatorial.

Em abril de 1969, a DI-GB realizou a III Conferência. Na ocasião, mais uma vez, autointitulou-se como organização comunista adepta da guerra revolucionária e orientava sua militância no sentido da participação em ações armadas. Em setembro de 1969, a DI-GB concebeu e organizou a captura do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Foi auxiliada na execução desta ação por dois quadros de outra organização revolucionária, a Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi no curso dessa ação que a DI-GB adotou o nome MR8. A organização considerou que não seria conveniente assinar o manifesto sobre a captura do embaixador americano como “dissidência universitária” – DI-GB. Preferiu adotar o nome de um jornal intitulado Movimento Revolucionário Oito de Outubro, data da morte de Che Guevara. Esse jornal fora editado por uma dissidência estudantil de Niterói exterminada pela ditadura, em 1969, com a prisão de todos os seus membros, no oeste do Paraná. A partir deste ato a DI-GB adotou a sigla MR8, com a qual assinou o Manifesto, lido em cadeia nacional de rádio e televisão e publicado nos principais jornais, uma das exigências da organização.

O Manifesto dava explicações à sociedade brasileira sobre a captura do embaixador, exigia a libertação de 15 presos políticos de organizações diversas e o transporte dos libertados para fora do país. A Junta Militar que governava, provisoriamente, o país², atendeu a todas as exigências. O Manifesto foi publicado e lido, os quinze presos libertados e transportados para o México no avião da FAB Hércules 56, na data emblemática de 7 de setembro de 1969, durante as comemorações do aniversário da independência do Brasil.

Depois da captura do embaixador, os militantes e dirigentes do MR8 sofreram grandes golpes da repressão. Mas, continuaram com a realização de operações armadas como roubos ou assaltos a bancos e supermercados, principalmente no Rio de Janeiro. São dessa época as ações em que esteve envolvida Iara Iavelberg, então companheira do ex-capitão Carlos Lamarca. Inclusive, em 1971, com a desmantelamento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), outra organização da esquerda revolucionária, Carlos Lamarca também passou a militar no MR8 (GORENDER, 1987: 199).

²Em 30 de agosto de 1969, o presidente da república, general Artur da Costa e Silva havia sido afastado da presidência da República, em virtude de uma trombose cerebral. O Alto Comando das Forças Armadas, em 31 de agosto, deu posse à Junta Militar composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica.

Depois do sequestro do embaixador e com a continuidade da guerra revolucionária, a repressão se intensificou sobre a organização que, no entanto, além das ações armadas, ampliou seu trabalho junto aos setores populares. Passou a estabelecer contatos em fábricas e em áreas rurais. Em 1971, o MR8 publicou textos sobre experiências de trabalho político em áreas rurais e urbanas, nos quais mostrava-se como uma das organizações mais sólidas da esquerda revolucionária.

Entretanto, a partir de meados de 1971 e no decorrer de 1972, o MR8 sofreu novos golpes da repressão que obrigaram a sua direção a buscar o exílio no Chile, para recompor o trabalho do MR8.

Ainda, no final de 1971, com sua direção no exílio, a organização iniciou um processo de autocrítica das ações armadas, que ganhou expressão com a publicação de alguns documentos como as Resoluções do Pleno de 1972. Entre as propostas e decisões do Pleno, estava a orientação para que a militância intensificasse a sua intimidade com as lutas operárias e populares, ou seja, com os movimentos sociais. Com essa orientação, a militância passou a participar das poucas assembleias de trabalhadores, que voltavam a se realizar e dos encontros de estudantes que procuravam reabrir as entidades fechadas pela ditadura. Enquanto isso, os principais dirigentes do MR8 ainda se encontravam em exílio político, no Chile (GORENDER, 1987:168-169).

Em 1976, a organização aprofundou, em seu 1º Congresso, uma nova análise da conjuntura política e o definitivo abandono da luta armada como necessária para o estabelecimento de um programa socialista. Neste 1º Congresso, a organização priorizou a discussão e orientação no sentido de uma tática que já vinha sendo posta em prática pela militância, sob orientação da direção partidária desde 1975: a atuação, cada vez maior, nos movimentos sociais. Foi apresentado, na ocasião, o Programa Socialista para a Revolução Brasileira e a estratégia de construção de um Bloco Revolucionário baseado na capacidade hegemônica do proletariado que, no entanto, não poderia estar sozinho, no entender da organização, na empresa da construção da sociedade socialista³.

Dois anos depois, no 2º Congresso de 1979, o MR8 determinou como sua principal tática a construção de uma Frente Popular para lutar por liberdades democráticas, intervindo nos sindicatos, nos movimentos de moradores e participando ativamente na organização partidária Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No 3º Congresso de 1982, o MR8 radicaliza mais ainda propondo a ampliação da Frente Popular com uma política de formação de alianças com setores liberais e grandes empresários da burguesia nacional.

³Análises realizadas a partir do texto das Resoluções do 1º Congresso do MR8. Revista Brasil Socialista No.09. abril.1977. p. 4-10.

Observamos que, nos três Congressos, todos realizados após o abandono da proposta de luta armada, ocorrem as sistematizações da principal prática da organização, que consistia nas atuações nos movimentos sociais com vistas à formação de uma Frente.

A partir do final dos anos 1970, numa análise da sociedade brasileira, a organização constatava que o golpe militar de 1964 tivera como resultado uma alteração profunda nas relações entre as classes no país. A grande burguesia industrial e financeira, intimamente ligada ao imperialismo, afirmara-se, definitivamente, como fração hegemônica do bloco dominante e adquirira, no plano político, a preponderância que já detinha no plano econômico. Passara então a controlar, firmemente, o aparelho de Estado e a ditar os termos da política dos exploradores da sociedade brasileira. A média burguesia, que havia sido, em períodos anteriores, segundo as análises da organização, o principal sustentáculo do populismo, fora relegada a um plano francamente subalterno e afastada dos centros de decisão. O mesmo acontecera com os setores médios agrários que até 1964 ocupavam importantes posições nos órgãos do Estado e possuíam forte representação nos partidos políticos, no Congresso Nacional e na imprensa. Assim, segundo as análises do MR8, o bloco dominante fora reorganizado de acordo com os interesses do grande capital industrial e financeiro intimamente ligado ao imperialismo.

A partir dessas constatações, o MR8 concluía que se formaram, no interior da sociedade brasileira, dois blocos que se defrontavam na luta pelo poder e pelo controle da sociedade. O bloco dos que o MR8 intitulava de parasitas e exploradores, hegemônico pela grande burguesia ligada ao imperialismo e o bloco popular, formado pela ampla maioria, a classe operária urbana e rural, pequenos proprietários rurais e urbanos, pequena e média burguesia e setores da burguesia nacional. Todos esses brasileiros aspiravam a uma completa libertação e por isso poderiam ser ganhos para a luta revolucionária contra a ditadura, fossem eles católicos, trabalhistas, nacionalistas, socialistas, democratas pequeno-burgueses ou de outras tendências ideológicas. Com esses setores era, portanto, necessário avançar na organização de uma ampla e vigorosa Frente Popular que derrubaria a ditadura militar e acumularia forças para o fim definitivo da exploração da classe trabalhadora.

A estratégia para a formação da Frente Popular seria a participação ativa da militância do MR8 nos movimentos sociais. Estava, portanto, na hora do dia o trabalho de reabrir ou criar entidades estudantis, reabrir ou criar Associações de Moradores, atuar em órgãos classistas e sindicais, participar do Movimento de Mulheres e, sobretudo, disputar espaço político no interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴ e posteriormente no PMDB⁵.

⁴Partido de oposição consentida, criado em 1966, pelo governo militar, através do Ato Institucional número 4.

⁵A extinção do MDB deu-se em novembro de 1979 quando o sistema bipartidário chegou ao fim. surgiu em seu lugar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A partir de 1979, inaugurou-se uma fase em que a organização começava a alcançar um nível nacional. A militância atuava no movimento popular, organizava e orientava ações coletivas nas capitais e nas grandes e médias cidades do norte, nordeste, sudeste e sul do país. O objetivo, além de formar a Frente Popular e Democrática, era, assim afirmava a organização, colocar-se na posição de direção dessa frente. Posição que deveria ser reconhecida pelas “massas” ao perceberem a militância do MR8 como o setor mais consequente da Frente Popular e Democrática, como aquele que sempre apresenta as propostas mais firmes, sem vacilações, sem atitudes irresponsáveis ou divisionistas.

Para colocar em prática o programa e a tática aprovados nos dois primeiros Congressos da organização era necessário uma sólida unidade de ação. Essa unidade esteve presente de forma segura e precisa até 1982. Nos meses que antecederam as eleições gerais daquele ano, divergências quanto à amplitude da Frente Popular e Democrática, e participação no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) serão causas de uma nova luta interna. Durante estas disputas internas, ocorreu o 3º Congresso de 1982.

O informe do Comitê Central, no 3º. Congresso, apresentou aquela que deveria passar a ser a principal palavra de ordem da organização: “Unir a Nação e romper com a dependência!”. Isto significava a proposta de formação de uma frente amplíssima da qual participariam amplos setores da burguesia nacional. Com esses setores era necessário, de acordo com o MR8, avançar na organização de uma ampla e vigorosa Frente Popular Nacional e Democrática que derrubaria a ditadura militar e acumularia forças para o fim definitivo da exploração da classe trabalhadora (RESOLUÇÕES DO 2º. CONGRESSO DO MR8, 1980: 13)..

Nesta proposta estava contida uma das mais amplas Frentes, jamais apresentada por uma organização política pertencente à esquerda revolucionária. Ela significava o assumimento de um novo caráter central para a revolução brasileira: o caráter nacional. Tratava-se de proposta de uma frente antiimperialista e amplíssima.

Após o 3º.Congresso o MR8 passou a publicar o Jornal Hora do Povo (HP) que se tornou o seu principal instrumento de divulgação e propaganda. Nesse veículo, o MR8 defendia propostas de setores liberais que até pouco tempo antes daquela época, estiveram colados com o governo ditatorial.

A partir dali, tem início um franco processo em que o MR8, paulatinamente, sofre perdas no que se refere ao papel de referência que antes possuía, no campo das esquerdas. A organização não mais conseguia manter em suas fileiras, após as crises internas geradas por discordâncias quanto à amplitude da frente, setores combativos necessários para dar prosseguimento às atuações nos movimentos sociais e à participação no PMDB. Sua linha

política apresentava-se para as esquerdas como algo atrasado e desfavorável para a classe trabalhadora, pelas alianças que propunha.

A unidade política, ideológica e orgânica do MR8 passara por uma série de abalos. Os resultados da luta interna de 1982 fizeram com que um grande número de dirigentes e militantes do MR8 manifestassem seu desligamento da organização. Apresentaram várias razões para suas decisões, sendo a principal delas o fato de que o MR8 vinha defendendo uma política a reboque do falido nacionalismo burguês representado por parlamentares do PMDB.

A maioria dos militantes que se desligavam do MR8 não disputaram a sigla da organização. Alegaram que inexistia uma forma organizativa leninista no MR8 que tinha como consequência a diluição de todas as instâncias de organização, da célula ao Comitê Central. Essa diluição acarretava, segundo aqueles dissidentes, a impossibilidade de que fosse travada o que consideravam uma verdadeira luta interna e a disputa pela sigla MR8.

Com a saída de dirigentes e militantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Pará, Distrito Federal, Ceará e Paraíba, a proposta de intervenção nos movimentos sociais ficou bastante prejudicada. Ao lado da perda progressiva de militantes, logicamente ocorria também a perda de espaço na condução dos movimentos sociais.

O MR8 continuou atuando como uma corrente política no interior do PMDB, seus militantes como dirigentes de entidades estudantis e sindicais não tiveram grande expressão política a partir de meados dos anos 1980. Em 2009, o MR8 passou a organizar o Partido Pátria Livre que em 2011 teve seu registro deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sobre as disputas de memórias

Ainda hoje, quando já são passados quase quarenta anos das principais atuações do MR8, em discussões informais, quando o tema abordado é relativo às organizações da luta antiditatorial, surgem duas formas diferentes de classificação do MR8. Uma primeira classifica as atuações da organização como reformistas, pelegas ⁶, adesistas ⁷, oportunistas e não colaboradoras

⁶O termo “pelego” foi popularizado, no Brasil, durante a era Vargas, nos anos 1930. Imitando a Carta Del Lavoro, do fascista italiano Mussolini, Getúlio decretou a Lei de Sindicalização em 1931, submetendo os estatutos dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Os trabalhadores da época começaram a chamá-lo de “pelego” o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. Pelego passou a servir para designar o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado “sindicalismo marrom”. Em Portugal são chamados de “amarelos”. A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela, no caso amaciava o espaço da sela para conforto do cavaleiro. O pelego também amaciava os trabalhadores para que se realizassem os interesses e conforto do governo, e virou sinônimo de traidor dos trabalhadores, aliado do governo e dos patrões.

⁷Aqueles que estão sempre prontos a aderir e a aceitar as propostas e projetos do governo ou dos patrões.

para a emancipação do povo brasileiro. Uma outra identifica a organização como corajosa, efetiva e contundente na luta pelo isolamento do governo ditatorial, principalmente, por ter sido capaz de “quebrar o pau”, ir prá luta de “peito aberto” e de forma aguerrida e truculenta vender seu jornal Hora do Povo. Essas duas memórias do MR8 estão no senso comum.

Quando buscamos as memórias dos antigos militantes, tais divergências configuram-se como verdadeiras disputas de memórias. Há uma memória dos que permaneceram na organização, após as várias lutas internas e que, por isso, possuem, até hoje, um intenso sentimento de pertença ao MR8. Esses querem enquadrar uma memória coletiva favorável ao grupo político.

Há, por outro lado, uma memória daqueles que pertenceram à organização mas que, em algum momento, divergiram da linha política traçada pelo Comitê Central e tornaram-se dissidentes. Esses apresentam memórias divergentes das dos que permaneceram. Apresentam uma memória, em grande parte, desfavorável ao grupo político, em termos de sua posição no campo político das esquerdas.

Nosso objetivo não é saber qual das memórias corresponde à realidade vivida ou qual é a mais favorável para a construção de conhecimentos históricos sobre o período. Entendemos que todas essas memórias correspondem às realidades vividas. E que é nestas disputas de memórias que construímos nosso conhecimento sobre o MR8. Todas essas memórias em disputa formam a história, a identidade e, sobretudo, a memória coletiva do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Entendendo-se como memória coletiva do Movimento Revolucionário Oito de Outubro tudo aquilo que é lembrado como característica própria da organização e que a diferencia dos demais grupos políticos da esquerda revolucionária da década 1975-1985.

O pesquisador austríaco Michael Pollak (1948-1992) interessou-se, pelas memórias em disputa e pelos conflitos que têm lugar no processo de constituição de toda memória coletiva. Atento aos primeiros estudos desenvolvidos no campo da Memória Social, feitos pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), Pollak observou que, mesmo apresentando uma abordagem institucional e positivista da construção de uma memória coletiva, Halbwachs verificou o caráter potencialmente problemático da mesma. Entendeu que a memória é resultado de uma seleção individual e que a memória coletiva envolve um processo de negociação para conciliar a memória coletiva e a memória individual.

Já Michael Pollak, com uma visão construtivista da produção da memória coletiva, preocupou-se com o papel dos atores sociais na construção da memória coletiva. Interessou-se pelos processos em que os atores intervêm no trabalho de constituição e de formalização da memória coletiva. Ressaltou a efetividade da História Oral para analisar esse processo de constituição e formalização das memórias coletivas. Constituição e formalizações de memórias resultantes, como afirma o pesquisador, de “interpretações do passado que se quer

salvaguardar e que se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades” (POLLAK, 1989:6).

Neste ponto, reportando-se ao historiador francês Henry Rousso, Michael Pollak refere-se ao trabalho de “enquadramento de memória” (POLLAK, 1989:7). Trabalho dos atores sociais ao interpretar e “reinterpretarem incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”. Afirmar que toda organização política, como por exemplo sindicato ou partido, veicula seu próprio passado e a imagem que forjou para si mesmo e que, o que está em jogo na construção dessa memória coletiva é a identidade do grupo.

Quando utilizamos a História Oral para observar a construção da memória coletiva do MR8, verificamos que essa construção é sempre feita a partir do presente e reflete as dinâmicas políticas e sociais e os posicionamentos dos indivíduos no momento em que falam. O historiador italiano Alessandro Portelli o se referir às memórias obtidas com a História Oral, é enfático ao observar o caráter de fenômeno individual da memória e que, embora remeta a aspectos sociais e culturais, está ligada à uma experiência pessoal e à mente da pessoa que rememora. Como a mente humana apresenta, a cada momento, diferentes destinos possíveis para interpretar fatos vividos, não será possível, afirma Portelli, buscar a objetividade dos fatos quando se lida com a memória, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas reais ou imaginárias.

A história oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais. Ela se parece mais com um mosaico, um *patchwork*⁸, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum entre elas, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos (PORTELLI, 1996:71).

O conteúdo das entrevistas que realizamos nos permite observar que enquanto os entrevistados dissidentes do MR8 procuravam reafirmar a incoerência da organização e o seu não pertencimento mais ao grupo, os entrevistados que permaneceram no MR8, em suas memórias, apresentaram-se muito zelosos num trabalho de enquadramento da memória da organização. Preocupavam-se em mostrar coerência em seus relatos, estiveram atentos a uma

⁸Trabalho com retalhos, colcha de retalhos.

cronologia dos fatos citados, referiam-se ao MR8 sempre como a organização que possuía as posições mais acertadas e também apresentavam-se como pessoas autorizadas para falar sobre o que chamavam “verdade dos fatos”.

Em todos os relatos dos entrevistados, daqueles que permaneceram e daqueles que se tornaram dissidentes, percebemos silenciamentos, seletividades e, acima de tudo, a emergência de tantas memórias, por vezes divergentes, sobre um mesmo fato ou processo político relacionados à organização MR8. Diante disso, verificamos que a História Oral, pela sua capacidade de nos oferecer um material que contém perspectivas divergentes e interpretações diversas, nos fornece, dessa forma, a possibilidade de compreensão das relações e dos processos sociais vivenciados, das disputas então existentes e dos interesses políticos atuais. O conteúdo das entrevistas, mesmo num primeiro momento apresentando-se de forma aparentemente fragmentada e diversa, mesclado de silêncios, não-ditos e algumas contradições factuais, à medida que vai sendo analisado oferece certa noção das tensões vividas e a grande relação entre as memórias de hoje com as disputas ainda presentes no campo das esquerdas.

Uma das primeiras disputas de memórias com as quais nos deparamos em nossa pesquisa, relaciona-se ao próprio nome da organização. Dissidentes, saídos da organização após o 1º. ou 3º Congresso, afirmaram em suas narrativas que a utilização da sigla MR8 mostrava, já desde o início, a identidade oportunista do grupo político. Para esses depoentes, tomar uma designação pertencente a outro grupo político, demonstrava o oportunismo do MR8, desde o seu surgimento. Utilizar o destaque que a organização atacada pela repressão tivera na imprensa pela sua combatividade foi-nos apresentado como oportunismo, no sentido negativo do termo. Para outros, aqueles que se mantiveram na organização, a utilização da sigla foi uma atitude corajosa da organização que procurava mostrar a ineficácia dos organismos da ditadura em fazer calar ideias e ações dos que lutavam por um Brasil livre. Essas ideias e essas ações estariam, a partir daquele Manifesto e da utilização da sigla, incorporadas à luta e ao patrimônio da organização política MR8. Além do fato de que, ao utilizar a sigla, a organização, não só confundia a ditadura como a desmoralizava⁹.

Outro aspecto constante de nossas inferências trata-se da preocupação de alguns relatos com o que consideram grandes transformações pelas quais passou a organização. Alguns entrevistados afirmam que ocorreu com o MR8 uma perda da sua identidade inicial. A organização nascera combativa, lutara de forma radical e aguerrida contra os organismos de exceção da ditadura militar. Fora contundente e enérgica na atuação no Movimento Estudantil, em ações de guerrilha urbana e no sequestro do embaixador americano, fato que a tornou conhecida nacionalmente e internacionalmente como uma das mais importantes organizações da esquerda radical brasileira. No entanto, afirmam, a partir da realização de

⁹Entrevista Jorge Venâncio. 18 de julho de 2011. São Paulo

seus Congressos, 1976, 1979 e 1982, tornou-se uma organização totalmente diferente. Um dos entrevistados, que afastou-se da organização em 1980, assim apresenta suas memórias sobre as propostas de alianças políticas encaminhadas pelo MR8 no Rio de Janeiro:

Foi uma orientação do MR8. Eu fui contra essas alianças pois achava que a luta perdia autenticidade. O carro do Chagas Freitas ¹⁰ não podia estar ao nosso lado. Lembro que nessa época eu saí do MR8 e também do PMDB. Mas eu acho que não era só isso, antes a luta do MR8 era uma luta autêntica. Tinha a questão ideológica, a possibilidade de ter uma luta para a implantação do socialismo no Brasil. Depois o MR8 mudou e passou a enterrar as lutas autênticas¹¹.

Há uma preocupação, da parte dos que abandonaram a organização, em ressaltar uma descontinuidade no que se relaciona à identidade do MR8. Para esses ocorreu uma ruptura na trajetória da organização política.

Outros, aqueles que permaneceram no MR8, que mantêm ainda o sentimento de pertença ao grupo, apresentam memórias de uma organização que manteve uma coerência. Isto porque sempre, desde sua criação, perseguiu os objetivos traçados que correspondiam à construção de uma sociedade socialista. Para esses, a estratégia se diferenciou em cada conjuntura vivida porque ocorreram transformações significativas que exigiram mudanças na forma de percorrer o caminho. A luta armada foi utilizada porque era a alternativa que restava para resistir aos atos mais terríveis da ditadura. Quando à partir da luta armada se conseguiu certa abertura para atuação nos movimentos sociais, esta via foi então privilegiada pela organização. Quando, a partir da forte pressão dos movimentos sociais se tornou possível o isolamento da ditadura e formação de um novo bloco de poder, o MR8 apresentou de forma coerente e dando continuidade aos seus propósitos iniciais, a questão nacional. Portanto para esses, a proposta de uma ampla Frente Nacional e Democrática com a participação da Burguesia Nacional descolada do imperialismo, apresentava-se como uma continuidade. Uma permanência das características do MR8 como organização portadora de uma identidade ligada à luta e emancipação do povo brasileiro.

Ainda pode ilustrar a preocupação dos antigos militantes que permaneceram no MR8 com o enquadramento de memória e com disputas ainda hoje presentes no campo das discussões de gênero, os relatos obtidos de mulheres da organização quando falam da participação das mulheres do MR8 no movimento de Mulheres. Quando perguntávamos sobre a sua participação nas lutas feministas dos anos 1979 e 1980, todas foram enfáticas em procurar diferenciar a atuação das mulheres do MR8 nesta frente dos movimentos sociais. Afirmaram que as lutas como as que se davam pelo direito de aborto, ligadas à questão da sexualidade e

¹⁰Governador do Estado do Rio de Janeiro que, mesmo pertencendo ao PMDB, apoiava e cumpria determinações dos governos militares.

¹¹Entrevista com Nilton Gomes Diquinho em 13.09.2007. Rio de Janeiro.

do corpo, não deveriam ter espaço específico naquele momento. As mulheres deveriam lutar junto aos seus companheiros, dentro dos sindicatos, e nas Associações de Moradores e nas Federações de Mulheres, pelo fim da ditadura e pela construção de uma nova sociedade. Uma das entrevistadas assim enquadra a memória do trabalho das mulheres do MR8 no Movimento de Mulheres.

Nós, mulheres do MR8, sempre nos preocupávamos em afirmar o caráter unitário do movimento de massas e seus diferentes tipos de atuação. Não queríamos ficar discutindo as questões individuais, as questões de relacionamento homem/mulher ou a questão da sexualidade independente da questão social e política. Considerávamos que isso era uma visão restrita da mulher, algo que a deixava de lado, fora da luta política geral. Queríamos as mulheres que estavam no movimento de massa, que estavam na luta pela solução dos problemas de sua comunidade. Queríamos reunir essas mulheres e afirmar esse olhar feminino da mulher que é mãe, que é dona de casa, da mulher que luta, da mulher que quer estudar, crescer, construir uma vida digna¹².

Finalizamos essa apresentação afirmando que buscar memórias é buscar visões de mundo, buscar entendimentos diversos sobre uma realidade que sempre assume novas formas. Nenhum fato social pode ser compreendido como acabado ou isolado sob um único ponto de vista de alguém que rememora, isso porque as memórias construídas no presente diferenciam-se, divergem, concordam e disputam espaço. Não podemos buscar uma única verdade nas memórias que nos são oferecidas porque assim estaríamos a nos privar do conhecimento sobre a realidade vivida. Uma realidade multifacetada, vivida e sentida de múltiplas formas, com múltiplos valores, múltiplas experiências.

Além das disputas internas, a memória é contruída em disputas externas, quando os atores sociais disputam poder, disputam espaço e empunham a memória que querem preservar. Criam-se, dessa forma, dois campos antagônicos no que se refere à memória. A memória que se deseja eternizar para fora da organização política e que se refere ao que está vinculado às causas da luta antiditatorial, à mobilização e à atuação efetiva no campo das esquerdas. Omite-se na construção da memória coletiva da organização o comportamento e o estilo da organização para implementar sua linha política. Estilo, por vezes, tão criticado pelas esquerdas e tido como truculento e populista.

O intelectual alemão Andreas Huyssen, em *Seduzidos pela Memória*, observa que “as contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva” (HUYSSSEN, 2000: 19).

¹²Entrevista com Rosanita Campos em 19.07.2011. São Paulo.

As observações e análises realizadas nos levam a rejeitar a possibilidade de construção de uma memória consensual coletiva relativa ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Nos levam também a perceber que, através das memórias diversas e por vezes discordantes, podemos conhecer o caráter das ações e dos processos políticos vivenciados e das disputas políticas que ainda persistem.

Referências

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. Rio de Janeiro, Ed. Ática, 1987.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano. 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 2, n.3, 1989,p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol.5, n.10. 1992.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Revista Tempo. Rio de Janeiro: v. 1. N. 2. 1996.